

Escola de dignidade

29.X.52 RAUL PILLA

O SR. PREFEITO do Distrito Federal não está disposto a solicitar demissão do cargo. É funcionário da confiança pessoal do sr. presidente da República, embora dependa de ratificação do Senado a sua nomeação. E do sr. presidente da República existem demonstrações notórias e, ao parecer, autorizadas de que s. excia. desaprova o projeto mil. Mui de propósito digo eu «desaprova», para abranger a hipótese que, tendo-lhe dado a princípio o seu consentimento, lho tenha retirado, depois de conhecida a sua desastrosa repercussão.

Que mais seria necessário, para que o sr. prefeito se sentisse obrigado a depôr o cargo? Parece-me a mim que nada mais se faria mister. Muito menos, ainda, devera bastar. A simples suposição de que o Presidente não o estivesse apoiando deveria provocar a renúncia, quando por mais não fôsse, para pôr à prova a confiança presidencial.

Assim, porém, não o está entendendo o sr. João Carlos Vital. Não pede, nem pedirá demissão — declarou êle à imprensa. O pundonor não está em sair, senão em ficar, em ficar contra tudo e contra todos. Tal como o prefeito, têm-

se comportado outras eminentes personalidades, em situações análogas.

Entretanto, nem sempre foi assim no Brasil. Tempo houve em que os nossos homens públicos tinham a sensibilidade à flor da pele. Meia palavra, um simples aceno bastava para que um ministro depusesse o cargo no regaço de Sua Majestade Imperial.

Que aconteceu, pois, no Brasil? Nada de excessivamente grave, nada de visceral, felizmente. Apenas fecharam aquela alta escola de dignidade pessoal e política, que foi o sistema parlamentar do Império. O que hoje estamos vendo e não nos causa mosca, não o poderiam sequer compreender, se resuscitassem, os homens daquela época. Outra, muito diversa era a sua formação.